

## PESQUISA NO ENSINO FUNDAMENTAL: princípio para a (re)construção do conhecimento

*Renata Morais Porto Freitas\**

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a temática da pesquisa enquanto princípio educativo, para a atuação do educador e a formação do educando do Ensino Fundamental. Para Demo, educar pela pesquisa instiga autonomia e isso é um fator decisivo para se ter uma população que saiba pensar, no sentido de refletir e intervir nos problemas sociais. A mistificação que cerca o conceito de pesquisa contribui para a fragmentação do processo de ensino aprendizagem, sustentando a alienação, que reduz as possibilidades de desenvolvimento e humanização, e separa o pensar do agir. Por isso, há necessidade de desmistificar e introduzir a pesquisa como princípio educativo desde os anos iniciais da educação básica. Neste sentido, prevalece a metodologia do aprender a aprender, fortalecendo a investigação como descoberta, criação e diálogo, num contexto baseado na autonomia do aluno. Assim, surge o interesse em buscar alternativas para compreender o desafio da educação de qualidade. Com o objetivo de refletir sobre essas inquietações, foi realizada a pesquisa bibliográfica e teve como foco a análise das ideias dos seguintes teóricos: Aranha (2006); Bagno (2003); Demo (2003, 2004, 2011); Freire (1996), Gadotti (1998, 2003); Libâneo (2004), Saviani (2010).

**PALAVRAS-CHAVE:** Educar pela Pesquisa. Ensino Fundamental. Autonomia.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende analisar a proposta de educar pela pesquisa do autor Pedro Demo e de que modo ela norteia as práticas pedagógicas do educador. O objetivo desse trabalho é refletir sobre a pesquisa enquanto princípio educativo e quais as suas contribuições para a atuação e formação do professor e do aluno do Ensino Fundamental.

As razões que nortearam este trabalho emergem das dificuldades observadas no cotidiano escolar em relação ao modelo tradicional de educação, em que o ato de ensinar normalmente se restringe à reprodução de conhecimentos; dos estudos das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem; e, dos diálogos ocorridos durante as aulas do curso de Pedagogia.

---

\* Acadêmica do 8º período do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser, no 2º semestre de 2017, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Ms. Rosy-Mary Magalhães de Oliveira Sousa.

Desse modo, percebe-se a importância de aprimorar as metodologias de ensino, como a pesquisa poderá ser o caminho para a reconstrução do conhecimento no Ensino Fundamental e, assim, responder as seguintes questões: O que é pesquisa? O que é pesquisa como princípio educativo e como ela norteia as práticas pedagógicas do professor dos anos iniciais? Como o educador deve buscar ao longo da sua carreira uma formação científica?

Diante disso, surge o interesse em buscar alternativas para compreender o desafio da educação de qualidade. Desse modo, com o objetivo de refletir sobre essas inquietações, foi realizada a pesquisa bibliográfica e teve como foco a análise das ideias dos seguintes teóricos: Aranha (2006); Bagno (2003); Demo (2003, 2004, 2011); Freire (1996), Gadotti (1998, 2003); Libâneo (2004), Saviani (2010).

Este estudo traz aspectos relevantes para a discussão do valor educativo da atividade de pesquisa realizada pelos professores e alunos do Ensino Fundamental. Além disso, justifica-se pela necessidade de tornar a pesquisa prática cotidiana, tanto do professor quanto do aluno. Em razão disso, eles deixam de lado o ensino bancário para construir a percepção da importância do ambiente de estudo. Essa nova postura faz com que o educador seja sujeito da sua própria formação profissional, dando sentido para a sua prática pedagógica e sinalize novos caminhos para a aprendizagem significativa. Com isso, o educando tem a possibilidade de se formar integralmente, de modo que também será capaz de construir sua própria história, superando a aceitação acrítica da realidade.

Neste contexto, ambos despertam para a curiosidade intelectual, com a instigação da consciência crítica, a permissão de compreender o cenário em que estão inseridos, desenvolvendo a capacidade de discernir e intervir. O estímulo ao questionamento reconstrutivo também possibilita a exploração e o aproveitamento qualitativo do conhecimento, reforçando a investigação como descoberta, criação e diálogo. Essa metodologia conduz o discente a conectar o conteúdo ensinado com o seu cotidiano, o que permite ele atualizar, aprofundar e enriquecer a sua bagagem cultural. Essas atitudes contribuem para o aprender a aprender.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa científica, aliada à metodologia de ensino, possibilita ao educando tornar-se sujeito ativo no seu processo de aprendizagem, o que o motiva e o integra à sociedade com autonomia e conhecimento, desenvolvendo habilidades que lhe possibilitem posicionar-se

diante às situações adversas e na busca da realização de seus objetivos pessoais, profissionais e coletivos.

## **2 NOVA ESCOLA E A RENOVAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL**

Para Aranha (2006), o século XX foi marcado pelas críticas feitas à escola tradicional, que nasceu em uma sociedade em que a educação se fazia com base em modelos ideais, e valorizava um ensino intelectualista. A relação entre professor e aluno era centrada no professor, que detinha o saber e a autoridade. A metodologia valorizava a aula expositiva, com ênfase para os exercícios de fixação, como leituras repetitivas e cópias, o que fez com que o aluno se tornasse passivo no processo educacional. Com isso, a escola tradicional privilegiava a posição empirista, dando destaque à assimilação, por parte do aluno. O conhecimento era adquirido de forma mecânica, assim a elaboração pessoal ficaria de fora do processo de aprendizagem.

De acordo com a autora (2006), esse reconhecimento da impossibilidade de continuar com esse tipo de educação fez com que surgisse, no final do século XIX, o movimento educacional conhecido como Nova Escola, que propôs novas possibilidades para educação, agora como instigadora da mudança social, já que o sujeito contemporâneo deveria se preparar para uma sociedade dinâmica e em constante transformação, indo além da fixação dos conteúdos predeterminados. Por isso o interesse em buscar métodos e técnicas que valorizavam a autoformação, direcionando o processo de aprendizagem para o processo de aprender a aprender.

Ainda na visão de Aranha (2006), outra condição importante foi a compreensão do ideário “escolanovista”, a partir da situação social e econômica em que ele se desenvolveu. Com o estabelecimento do capitalismo, fundado na Revolução Industrial, revelava-se valores como a competição, a livre concorrência, a aceitação do desafio do novo, a liberdade de pensamento e a afirmação da individualidade.

Dessa maneira, a crescente industrialização demandava a ampliação da rede escolar, dado que a sociedade necessitava preparar os indivíduos para atender essa nova situação. Aliás, a promessa de ascensão social encontrava

esperanças na superação das desigualdades sociais através da adequada escolarização, na primeira metade do século XX. Segundo a autora (2006, p. 117), intensificou-se a relação “[...] entre a pedagogia e as demais ciências, numa busca de métodos ativos e de educação integral, com especial atenção às necessidades do educando [...]”.

Para Gadotti (2003), essa adequação da escola também começa com a Nova Escola, que simbolizou um intenso movimento de renovação da educação, com o propósito de fundamentar o ato pedagógico na ação, na atividade da criança, já vinha se desenvolvendo desde a Escola Alegre de Vitorino de Feltre (1378-1446), seguindo pela pedagogia naturalista de Rousseau, mas, conforme o autor (2003, p. 145) “[...] foi apenas no início do século XX que se concretizou trazendo com isso consequências importantes para os sistemas educacionais e na mentalidade dos educadores [...]”.

Até o final do século XIX, o pensamento pedagógico brasileiro reproduzia uma das consequências do desenvolvimento da Escola Nova; o pensamento pedagógico brasileiro começa a ter mais autonomia. Durante o governo de Getúlio Vargas foi escrito o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Segundo Saviani (2010), este documento foi idealizado por Anísio Teixeira, com as bases filosóficas e políticas da renovação escolar; Fernando de Azevedo, com as bases sociológicas e as reformas do ensino; Lourenço Filho, com as bases psicológicas do movimento renovador; entre outros vinte e três intelectuais. O movimento foi lançado no meio do processo de reordenação política resultante da revolução de 1930, que se tornou um marco inaugural do projeto de renovação educacional no Brasil.

Para o autor (2010), além de perceber a desorganização do sistema escolar, este movimento propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e argumentava em favor da escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. O movimento reformador foi criticado pela Igreja Católica que, naquele momento, era uma forte concorrente do Estado na expectativa de educar a população e tinha sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada.

Saviani (2010) explica que, naquela conjuntura, os idealizadores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova verificaram a dissociação das reformas econômicas e educacionais. Com isso, era indispensável entrelaçá-las e encadeá-

las, dirigindo todos os esforços no mesmo sentido. Sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não conseguiram criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades do país. Neste sentido, o objetivo do manifesto era de ter uma educação voltada para todos, sem discriminação de classe social. Assim, de acordo com o autor (2010, p. 244), a Educação Nova “[...] buscou organizar a escola como meio propriamente social para tirá-la das abstrações e impregná-la da vida em todas as suas manifestações [...]”.

Portanto, o movimento da nova escola possibilitou uma nova compreensão das necessidades da infância, questionando a passividade na qual a criança estava condenada pela escola tradicional. Visto que, a introdução de ideias e técnicas novas como o método ativo, acarretou uma renovação na mentalidade dos educadores e das práticas pedagógicas. Com isso, o aluno passa a ser o centro do processo educativo.

### **3 A PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Para Demo (2011), o maior desafio da escola é levar o aluno a (re) construção do conhecimento. A utilização da pesquisa como metodologia instiga este interesse e isso é um fator decisivo para se ter uma população que saiba pensar, no sentido de refletir e intervir nos problemas sociais. O que se constata é que essa metodologia não está presente na maioria das escolas dos anos iniciais. Isso se deve à mistificação que cerca a concepção da maioria dos professores sobre o conceito de pesquisa. Ela é vista como processo cercado de uma série de formalidades, cujo ingresso é reservado apenas para os cientistas ou universitários, pois, para esses professores, a criança ainda não tem maturidade para lidar com essa prática.

De acordo com o autor (2011), essa dissociação do ato educativo fragmenta a teoria e a prática e isso contribui para a alienação, que reduz as possibilidades de desenvolvimento e humanização, separando o pensar do agir. Por isso a necessidade de desmistificar e introduzir a pesquisa como princípio educativo desde os anos iniciais da educação básica. Neste sentido, prevalece a metodologia do aprender a aprender, fortalecendo a investigação como descoberta, criação e diálogo, num contexto baseado na autonomia do aluno.

Demo (2004) reforça esta afirmação de que na educação básica deve predominar a pesquisa como princípio educativo, pois não está em jogo produzir ciência propriamente, mas desenvolver a metodologia do aprender a aprender. Em virtude disso, para o autor (2004, p. 97), o professor desse nível de ensino necessita “[...] primar pela capacidade de pesquisa [...]”. Sendo assim, este profissional salienta a pesquisa como pretensão educativa, elevando-a também como estratégia de formação.

Assim, na visão de Demo (2011, p. 17), “pesquisa é processo que deve aparecer em todo o trajeto educativo, como princípio educativo que é na base de qualquer proposta emancipatória”. Visto que a atitude de pesquisa é inerente ao processo de superação do discípulo, para que ele se torne um novo mestre, daí a importância de fomentar a criatividade do aluno e reconhecer que o melhor saber é aquele que sabe superar-se. Com isso, o trajeto emancipatório começa de dentro para fora, algo que não é imposto.

Bagno (2003, p. 17) salienta que, dessa maneira, faz-se necessário retornar às raízes do termo para compreender a definição do conceito de pesquisa:

[...] pesquisa é uma palavra que nos veio do espanhol. Este por sua vez herdou-a do latim. Havia em latim o verbo *perquire*, que significava ‘procurar; buscar com cuidado; procurar por toda a parte; informar-se; inquirir; perguntar; indagar bem; aprofundar na busca’.

De acordo com o autor (2003), a pesquisa é a busca pelo conhecimento, a partir de diferentes fontes, tanto para aprender como para ampliar o conhecimento, ou seja, ela está presente em várias ações rotineiras. Faz-se pesquisa a todo instante, como, por exemplo, quando se compara preços, marcas, ou antes de tomar qualquer decisão.

Além disso, pesquisa também está presente no desenvolvimento da ciência, no avanço tecnológico e no progresso intelectual de um indivíduo. Para Bagno (2003, p. 18), “A pesquisa é, simplesmente, o fundamento de toda e qualquer ciência. Sem pesquisa, grandes invenções e descobertas não teriam acontecido”. Assim como Demo, também ressalta a importância da pesquisa como estratégia para o desenvolvimento humano.

O autor (2003) também esclarece que, nas últimas décadas, o tema pesquisa faz parte de diversas discussões, publicações e planejamentos para a

educação. Diferentes também são as interpretações e os encaminhamentos que a partir delas se desenrolam. Em sala de aula, não é diferente. A maioria dos professores relaciona pesquisar com consultar algumas ou apenas uma obra, com recortes de jornais e revistas, alguma matéria que se reduz a compor um trabalho que é lido, avaliado e devolvido ao aluno com uma nota. Embora esses tipos de atividades sejam movimentos em busca de informação, caminham longe do espírito da pesquisa.

Segundo Demo (2003), daí a importância de esclarecer esse erro conceitual, pois isso impossibilita a formação do espírito pesquisador, tanto no professor quanto no aluno. O essencial é alicerçar a importância da pesquisa para a educação, até o momento de torná-la a forma escolar e acadêmica própria de educar, pois o que faz a diferenciação entre a educação escolar e acadêmica das outras maneiras de educar é o fato de estar fundamentada no processo de pesquisa e formulação própria.

Desse modo, para o autor (2004, p. 11), é indispensável mudar a definição do professor como especialista em aula e explica que “[...] a definição de professor inclina-se para o desafio de cuidar da aprendizagem, não de dar aula [...]”, já que o educador se encontra num estágio mais avançado no processo de aprendizagem e, tendo conhecimento e práticas sempre renovadas sobre ela, é capaz de zelar e garantir o direito de aprender dos educandos na sociedade.

Esse direito é assegurado no artigo 32, nos incisos I ao IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, p. 1)

De acordo com Bagno (2003), cuidar desse direito envolve ensinar a aprender e isso é possível através da criação de possibilidades para que o aluno chegue de forma autônoma às fontes de conhecimentos. Porém, para que isso aconteça, é necessário que o professor exerça o seu papel de orientador da

aprendizagem, pois, para o autor (2003, p. 15), "[...] ensinar a aprender, não é apenas mostrar os caminhos, mas também orientar o aluno para que ele desenvolva um olhar crítico [...]".

Assim, Demo (2004) reconhece que o professor do futuro não pode ser gerado na velha Pedagogia e considera que esse curso atualmente é a alma da universidade, em razão de ser o curso mais essencial e estratégico, pois ele trata do direito de aprender da sociedade, em especial das novas gerações. Dessa maneira, o autor (2004, p. 51) salienta: "[...] deveria ser o curso modelo, aquele onde aprendizagem fosse a mais autêntica e reconstrução do conhecimento ocorresse de modo inequívoco [...]".

Neste ponto, Freire (1996) também esclarece a importância de uma reflexão envolvendo a formação docente e a prática educativa crítica, em favor da autonomia do educando. Por isso, o professor deve fugir da típica definição como profissional especialista em aula para engajar-se com a prática educativa crítica, pois assim ele se torna comprometido com o processo da aprendizagem e incorpora um dos primeiros saberes essenciais para a sua prática. Na visão do autor (1996, p. 23), "[...] não há docência sem discência [...]", ou seja, o ensino e a aprendizagem são indissociáveis; ambas se justificam; e, seus sujeitos, apesar das diferenças, estão unidos.

Nesta premissa, Freire (1996, p. 29) pontua sobre o educador que se responsabiliza com o ato de ensinar não apenas os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo: "[...] pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação, quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando [...]".

Em virtude disso, há um comprometimento do educador com a consciência crítica do educando. Portanto, o professor democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, estimular a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua independência. Com isso, o aluno não é visto como objeto e os conteúdos ensinados irão contribuir com uma educação que vise à construção e vivência da cidadania.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos para o ensino fundamental: "[...] que o aluno seja capaz de posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais,

utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas [...] (BRASIL, 1997 p. 06)”.

Em razão disso, Freire (1996) também ressalta que o educador que opta por romper com a consciência ingênua e instigar a curiosidade dos alunos e a própria curiosidade em um processo investigativo, contribui para que o aluno exercite criticamente a sua capacidade de aprender e assim desenvolver o que o autor chama de curiosidade epistemológica. Isso exige do professor pesquisa. Conforme o autor (1996, p. 29), “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...]”. Assim, o educador promoverá diversas estratégias de ensino para que ocorra a (re) construção do conhecimento.

Neste sentido, Freire (1996) esclarece que considerar o ensino vinculado à pesquisa é pensá-lo fundamentado na lógica da mesma. Isso significa reconhecer que a pesquisa tem por princípio fundamental a dúvida, que move e instiga o pesquisador a observar, a refletir, a levantar questões, a procurar respostas, a estudar, a construir e reconstruir o conhecimento. É partindo do princípio de observar e de decodificar a prática no campo do conhecimento que nasce a dúvida, aquela que mobiliza a ação de pesquisar. O docente, diante da perspectiva moderna de educar por meio da pesquisa, precisa levar em conta que a tarefa dele é ensinar e não transferir o conhecimento e ter a consciência de que ele deve estar, segundo o autor (1996, p. 47), “[...] aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, e às suas inibições”.

Para Aranha (2006), o que se espera do professor é que ele seja um sujeito crítico, reflexivo, um profissional da educação, isto é, um intelectual transformador, capaz de entender o contexto social, econômico e político que vive. A autora (2006, p. 47) acrescenta que não se deve confundir o intelectual com o especialista em alguma área do conhecimento, “[...] mas sim ter em mente que ele é sujeito capaz de ter uma visão do todo, além de estar comprometido com a ética e a política [...]”.

Aranha (2006) ainda lembra que este profissional deve sempre estar atento à intencionalidade de sua prática pedagógica, questionando-se constantemente sobre seu saber e agir, ligando o conhecimento sobre educação com sua prática educativa, com flexibilidade para ajustar caminhos quando a realidade exige soluções criativas. Em suma, que participe ativamente no propósito da emancipação humana.

Portanto, para que isso aconteça, a autora (2006) defende que o professor deve ser reconhecido como um profissional, que além da boa formação deve ter asseguradas as condições mínimas para o exercício de seu trabalho, como reuniões pedagógicas, formação permanente, plano de carreira, materiais adequados, além de salários dignos. Essa transformação só será legítima se os professores tomarem consciência política da sua situação e estiverem dispostos a se mobilizar para mudar essa realidade, de forma conjunta e ativa.

Neste sentido, Gadotti (1998) complementa este pensamento afirmando que a identidade do pedagogo vai além da epistemologia do termo “o condutor de crianças”. Para o autor (1998, p. 89), é necessário que os cursos de formação desse profissional se tornem legítimos “[...] laboratórios de análise da sociedade que vivemos e não apenas a local, mas a nacional e a internacional. Vivemos a era da aldeia global [...]”. Visto que o exercício da ação docente requer um preparo, é essencial o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a relação necessária entre teoria e prática, o que seria o diferencial que conduziria dialeticamente tal relação rumo a uma nova práxis. Portanto, o exercício da docência, enquanto ação transformadora que se renova tanto na teoria quanto na prática, requer necessariamente o desenvolvimento dessa consciência crítica.

Gadotti (1998) ainda esclarece que é necessário ter coragem para assumir esta postura, pois é somente dessa maneira que se pode formar pessoas capazes de assumir a sua autonomia, sujeitos indóceis, autodeterminados para participarem na construção de uma sociedade de direitos iguais. O autor (1998, p. 71) ressalta: “[...] Nessas circunstâncias, o educador tem a chance de repensar o seu estatuto e repensar a própria educação [...]”.

Diante do exposto, Demo (2003) mostra a urgência de o professor e o aluno serem introduzidos no processo de pesquisa como sujeitos participativos, ou seja, o questionamento reconstrutivo se torna desafio tanto para o professor como para o aluno. Nessa relação, o primeiro deixa de ser o detentor do saber e o segundo deixa de ser o receptor. Isto implica a compreensão da educação. Esse processo centrado na pesquisa pressupõe a atitude de desconstrução permanente, valorizando o espírito pesquisado. Essa reconstrução demanda habilidades, inclui competência para saber pensar e questionar o que se sabe, aprender a aprender e reelaborar conhecimentos.

O autor (2003) defende que, na educação, educar pela pesquisa enquanto práxis no educador é mais que uma simples metodologia. É necessário torná-la um princípio básico do ensino. Portanto, essa proposta supõe transcender os tradicionais modelos de trabalhos escolares, colocando fim à reprodução para desenrolar oportunidades para o trabalho do professor.

Com isso, o percurso da pesquisa, uma vez aprendido, pode ser encaixado a qualquer contexto de aprendizagem, essencial tanto para a formação acadêmica quanto para a vida profissional das diversas áreas do conhecimento. Dado que tanto o docente quanto o discente encontram alternativas para pensar e repensar suas perguntas e, desse modo, constantemente reorganizar suas ideias, problemas, sínteses e conclusões, para Demo (2003, p. 06), é primordial “[...] manter a proposta de que a base da educação escolar é a pesquisa, não a aula [...]”. Porém, essa proposta pedagógica só se consumirá, de fato, mediante a autonomia e o diálogo entre esses sujeitos, para assim construírem a sua autonomia intelectual.

#### **4 A PROPOSTA DE EDUCAR PELA PESQUISA DE PEDRO DEMO**

Demo (2003) define a educação como processo de formação da competência humana, com qualidade formal e política, sendo também, em sentido amplo, a capacidade de aprender a aprender. Nesta ótica, compreende a educação como um horizonte de possibilidades de desenvolvimento, sendo a garantia mais eficaz da construção de uma sociedade moderna e justa. Mas, por outro lado, ela representa um atraso, pois, na visão do autor (2004, p. 10)

[...] as chances de construir projeto de desenvolvimento moderno e próprio parecem minguar-se, diante de um estado que não funciona e se alimenta da corrupção, de uma economia emperrada, velha e desorganizada, de uma sociedade sem cidadania, de uma universidade paralisada e corporativista, de recursos cada vez mais escassos [...].

No entanto, não é o caso de sentenciar que a educação não tem jeito, é necessário repensar os problemas que dificultam o seu desenvolvimento. Por isso, Demo (2011) faz uma observação: para discutir sobre esse assunto é importante entender seus limites. Seria ilusão idealizar impactos facilmente transformadores,

em ambiente que, na maioria das vezes, é precário. Porém, é necessário progredir no caminho de possíveis transformações, para a formação do cidadão que é um personagem essencial da democracia.

Dessa forma, o autor (2003) defende a proposta de educar pela pesquisa como alternativa autêntica para essa formação, uma vez que ela tem como diferencial o questionamento reconstrutivo. Assim, o que diferencia a educação formal da educação não formal é o fazer-se e refazer-se na e pela pesquisa. Neste sentido, a base para a concretização dessa proposta, conforme as ideias de Demo (2003, p. 5), pauta-se por pelo menos quatro pressupostos cruciais:

- a convicção de que a educação pela pesquisa é a especificidade mais própria da educação escolar,
- o reconhecimento de que o questionamento reconstrutivo com qualidade formal e política é o cerne do processo de pesquisa,
- a necessidade de fazer da pesquisa atitude cotidiana no professor e no aluno,
- e a definição de educação como processo de formação da competência histórica humana.

Nota-se que, antes de colocar em prática a proposta de educar pela pesquisa, é indispensável que o professor compreenda e incorpore os significados desses pressupostos, os princípios educativos da pesquisa e as suas consequências no ensino. O autor (2001, 2003) aponta a pesquisa como caminho didático e investigativo, por meio do qual a aprendizagem é orientada para a autonomia do aluno. Dessa maneira, Demo (2003) mostra como é interessante estimular a procura de matérias e, com isso, se cria um ambiente de trabalho conjunto, no qual todos participam do processo.

Por isso, ao se pensar em formação da competência humana, com qualidade formal e política, é impossível não relacionar educação com pesquisa, visto que, como afirma o autor (2003), ambas são contra a ignorância, valorizam o questionamento reconstrutivo, dedicam ao processo de aprender a aprender e incluem a confluência entre teoria e a prática. Desse modo, a pesquisa deve fazer parte do ato rotineiro do professor e do aluno, então não se pode torná-la algo inatingível ou de privilégio de poucos; ela deve ser ferramenta básica para toda a trajetória do processo educativo.

Neste sentido, Demo (2003) defende que o educador e o educando, quando perfazem esse percurso, adquirem independência intelectual, visto que eles

aprendem a pensar por si, a (re) construir conhecimentos, deixam a condição de objetos para exercerem sua condição de sujeitos. Nessa concepção, a pesquisa se configura como uma experiência educativa e de emancipação. O autor (2003, p. 11) explica que reconstrução significa “[...] a instrumentação mais competente da cidadania que é o conhecimento inovador e sempre renovado [...]”. Assim, o que está em jogo é a capacidade de interpretação própria, formulação pessoal, elaboração trabalhada, saber pensar, aprender a aprender. Desse modo, o conhecimento não precisa ser totalmente novo, porém, é essencial que seja reformulado.

Demo (2003, 2011) esclarece que é indispensável o educador entender que repassar conhecimento é o mesmo que andar em círculo. Conhecimento é apenas recurso e, para converter-se em processo educativo, deve se orientar e se fundamentar pela pesquisa, não pela aula. Dessa maneira, o educador tem a oportunidade de traçar a autêntica formação básica que é a capacidade de informar-se, questionar-se e reconstruir conhecimento, ultrapassando o mero ler e escrever. Com isso, formar-se o sujeito crítico e criativo, ou seja, este profissional, segundo o autor (2004, p. 30 grifo do autor) deve

[...] considerar formação básica como “especificidade moderna” significa estabelecer, de um lado, uma “qualidade” mínima de informação universalmente disponível, de estilo interdisciplinar e matricial, e, de outro, uma “qualidade” mínima em termos de aprofundamento e atualização, condensada esta em habilidade metodológica – propedêutica, típica do aprender a aprender. Mais que deter conhecimento disponível, trata-se de habilitar metodologicamente a pessoa a manejá-lo e a produzi-lo [...]

Em vista disso, Demo (2011, p. 45) salienta que esse objetivo somente será atingido mediante a superação da aula copiada, ou seja, é necessário que o professor considere a pesquisa como alternativa para o processo de formação educativa, uma vez que “[...] pesquisa começa na infância e está presente em toda a vida social. Educação criativa começa na e vive da pesquisa [...]”. Desse modo, deve ser introduzida desde a educação básica, mas para isso é primordial que o professor seja um pesquisador, exercitando diariamente a pesquisa como princípio científico e educativo.

Em outras palavras, não é o caso do professor se tornar um pesquisador profissional, mas um profissional da educação pela pesquisa. Assim, ele fortalece sua prática pedagógica, transforma a aula reprodutiva em laboratório de

desenvolvimento de ideias próprias e assume que a pesquisa, além de ser busca por conhecimento, também é atitude política. O autor (2003) diz que, para formar uma comunidade cidadã, é necessário que a criança seja considerada parceira de trabalho, tendo no professor a orientação motivadora, ou seja, tem que haver um trabalho conjunto.

Daí a importância do professor no ambiente lúdico da criança explorar e fomentar o lado educativo da pesquisa, visto que ela já nasce com atitudes de um pesquisador e se posiciona. Educador é figura decisiva do processo de aprendizagem, uma vez que ele promove a emancipação do educando através do incentivo, orientação e avaliação. É nessa relação dialética que irá se estabelecer a marca política da educação.

Como Demo (2003) descreveu, a sala de aula clássica deve ser repensada e este é um desafio para o professor, pois transformar este modelo em ambiente de trabalho conjunto é uma tarefa árdua, já que isso significa não privilegiar o educador, mas o educando, como sugerem as teorias modernas. Para o autor (2003, p. 29), “[...] cabe ao professor competente vislumbrar as maneiras de fazer a passagem segura entre o mero aprender e o aprender a aprender [...]”. Dessa maneira, aula é motivação, suporte, jamais didática central.

Portanto, observa-se pelo exposto que educar pela pesquisa instiga o educador e o educando a alterarem o modelo da reprodução da informação para o paradigma da reconstrução do conhecimento. Porém, essa proposta pedagógica só se consumirá, de fato, mediante a autonomia e o diálogo entre esses sujeitos, para assim construir a sua autonomia intelectual.

## **5 A BUSCA DA FORMAÇÃO CIENTÍFICA AO LONGO DA CARREIRA DO PROFESSOR**

Segundo Libâneo (2004), professor é um profissional cuja atividade principal é o ensino. Sua formação inicial destina-se a possibilitar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes requeridas para conduzir o processo de ensino e aprendizagem nas instituições de ensino. Para o autor (2004), isso está relacionado com a profissionalidade. Contudo, outros dois conceitos devem relacionar-se: a profissionalização e o profissionalismo. Libâneo (2004, p. 75)

define:

A profissionalização refere-se às condições ideais que venham a garantir o exercício profissional de qualidade. Essas condições são: formação inicial e formação continuada nas quais o professor aprende a desenvolver as competências, habilidades e atitudes profissionais; remuneração compatível com a natureza e as exigências da profissão; condições de trabalho (recursos físicos e materiais, ambiente e clima de trabalho, práticas de organização e gestão).

O profissionalismo refere-se ao desempenho competente e comprometido dos deveres e responsabilidades que constituem a especificidade de ser professor e ao comportamento ético e político expresso nas atitudes relacionadas à prática profissional [...].

Na perspectiva de educar pela pesquisa, percebeu-se que estes dois conceitos devem estar presentes para se alcançar o objetivo desta proposta. Por isso que somente a formação inicial não é suficiente para formar um professor pesquisador, mas é necessária a atualização e o aprimoramento constante. Para Freire (1996), educador que não se compromete com sua formação, não tem força moral para coordenar as atividades em sala de aula. Em outras palavras, a competência científica deve ser desenvolvida constantemente através da formação continuada, visto que a estagnação promove a incompetência profissional e isso desqualifica a autoridade do professor. Para Libâneo (2004, p. 227),

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Como descrito pelo autor (2004), não basta concluir o curso de licenciatura e partir para a prática pedagógica, sem mais se preocupar com a formação acadêmica. Ao contrário, é essencial ter a consciência de que esta formação não acaba com a formatura e sim, fará parte de toda a sua trajetória profissional. Portanto, fica evidente que a formação de professores deve ir além de sua formação inicial, porém é necessário que haja condições para que os professores possam reconstruir a sua prática pedagógica.

Por isso, na década de 1990, a formação de professores, em função das reformas educativas, ganha destaque. Entre as reformas educacionais está a divulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96,

que embasou as reformas políticas do país. Com o propósito de facilitar ao professor o acesso a formação continuada, o Governo Federal, com incentivos às escolas públicas, bem como a criação do Sistema Nacional de Educação à Distância, iniciou a reforma curricular, distribuição de aparelhos de televisão e livros didáticos, visando a melhoria da qualidade da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96, no artigo 62, parágrafo único, cita:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996, p. 01).

Para assegurar esse direito previsto na LDB 9.394/96, o Ministério da Educação, em parceria com o Governo Federal, criou o programa Plataforma Paulo Freire. Segundo o MEC, este programa está presente em vinte e um estados brasileiros, no qual são oferecidas oportunidades de especializações nas modalidades presencial, semipresencial e à distância para os professores da educação básica pública, no exercício do magistério, nas instituições públicas de Ensino Superior. A formação oferecida é moderna e segue conceitos de educação de diversos lugares de mundo, porém, a principal inspiração veio mesmo do Brasil, do educador Paulo Freire, que criou uma metodologia própria de alfabetização e é ainda hoje um dos nomes mais citados em trabalhos acadêmicos por todo o mundo.

Porém, mesmo com esse programa, alguns professores ainda encaram barreiras para permanecer atualizados, como por exemplo, a concepção que o professor é o detentor do saber, baixa remuneração, desvalorização perante a sociedade, isto é, um trabalho sem incentivo, acarretando desesperanças no crescimento profissional, o que provoca desestímulos a novos profissionais a escolherem essa área, entre outros fatores sociais e históricos.

Entretanto, o docente deve buscar superar esses desafios e investir em sua formação. Libâneo (2004, p. 34-35) também afirma que a formação continuada deve ocorrer dentro da própria escola através da participação e gestão do trabalho escolar, pois os educadores têm a possibilidade de aprender diversas coisas uns com os outros,

[...] tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas as preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, investir no seu desenvolvimento profissional. Mas, principalmente, aprendem sua profissão. É claro que os professores desenvolvem sua profissionalidade primeiro no curso de formação inicial, na sua história pessoal como aluno, nos estágios, etc. Mas é imprescindível ter-se clareza hoje de que os professores aprendem muito compartilhando sua profissão, seus problemas, no contexto de trabalho. É no exercício do trabalho que, de fato, o professor produz sua profissionalidade [...].

Diante disso, o autor (2004) evidencia que atualmente essa é uma ideia essencial do conceito de formação continuada. Considerar a escola como local de aprendizagem da profissão de educador significa compreender que é neste ambiente que o professor desenvolve saberes e as competências do ensinar, por meio de um processo ao mesmo tempo individual e coletivo.

De acordo com Demo (2003), os professores não estão sozinhos para enfrentar os problemas já mencionados, visto que é necessário reivindicar que o poder público coloque à disposição bibliotecas, laboratórios de informática, acesso a jornais e revistas, lugar e horas de estudo, para poderem pesquisar, reformular, além de assegurar formas profundas e recorrentes de recuperar e ampliar a sua competência, sobretudo através de cursos. É essencial que o professor invista em seu processo de atualização constante, uma vez que compete preparar os educandos para a cidadania e, conseqüentemente, para se posicionarem a favor do seu bem-estar social, pessoal e profissional.

Neste sentido, o autor (2004) afirma que, para alcançar patamares aceitáveis de qualidade educativa da população, é estratégia primordial resolver a questão dos professores. Em razão disso, faz-se necessária a tomada de consciência desse profissional acerca de sua importância na orientação das gerações mais novas. Dessa forma, é primordial que o professor invista em seu processo de atualização constante.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desse estudo, conclui-se que usufruir da pesquisa como princípio educativo significa privilegiar a construção e a reconstrução do conhecimento como

processo central do ato educativo. Por isso, a importância do educador do Ensino Fundamental compreende esse conceito e apoia-se neste pressuposto de que a aprendizagem pela pesquisa é um importante instrumento para a superação da aceitação acrítica da realidade, bem como para a solução de problemas postos na sociedade, o que poderia resultar em melhores condições de vida para os educandos e, ao mesmo tempo, para a comunidade ao seu redor.

Durante a leitura das bibliografias citadas neste trabalho, pode-se observar que a mistificação do conceito de pesquisa é uma das causas da não introdução dela como princípio educativo dos anos iniciais e isso contribui para a conservação da prática da reprodução do conhecimento de maneira passiva. Por esse motivo, é essencial que o docente se torne efetivamente um professor pesquisador, pois, com essa atitude, ele interpreta a sua prática pedagógica e assim cumpre com sua função na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Entretanto, para que isso se torne realidade, é necessário que o educador rompa com a divisão da educação para a elite e outra para a classe popular, dado que a acomodação colabora para a manutenção da ideologia capitalista. Em razão disso, para ser coerente com o propósito político de ajudar a educação a avançar por caminhos transformadores da realidade, ainda que conscientes de suas tantas limitações, buscou-se apresentar, neste trabalho, ideias que podem contribuir para uma educação emancipadora.

Portanto, torna-se indispensável a existência do educador orientador-mediador e, para tal, é necessária uma formação continuada e a concepção de pesquisa como propiciadora dessas mudanças.

**ABSTRACT:** This study aims to reflect on the research theme as an educational principle, for the educator 's performance and the formation of the Elementary School student. For Demo, educating by research instigates autonomy and this is a decisive factor to have a population that knows how to think, in order to reflect and intervene in social problems. The mystification surrounding the concept of research contributes to the fragmentation of the teaching-learning process, sustaining alienation, which reduces the possibilities of development and humanization, and separates thinking from action. Therefore, there is a need to demystify and introduce research as an educational principle from the earliest years of basic education. In this sense, the methodology of learning to learn prevails, strengthening research as discovery, creation and dialogue, in a context based on the student's autonomy. Thus, there is interest in seeking alternatives to understand the challenge of quality education. In order to reflect on these concerns, the

bibliographical research was carried out and focused on the analysis of the ideas of the following theorists: Aranha (2006); Bagno (2003); Demo (2002, 2004, 2011); Freire (1996), Gadotti (1998, 2003); Libâneo (2004), Saviani (2010).

**KEYWORDS:** Education by Research. Elementary School. Autonomy.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na Escola: o que é? Como se faz?** 14. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2017.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Desafios Modernos da Educação**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educar pela pesquisa**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. 2003. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B8jeXMvFHID-QkVUZ29KeWNJLTA/edit>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947) In: **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 195-275.